

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação

Luz em foco

**as estratégias do Programa Monumenta para a
região da Luz em São Paulo**

AUP-5840

O Mercado e o Estado na organização da produção capitalista.

O caso do Brasil: acumulação entravada

Csaba Deak

Sueli Schiffer

Aluna especial

Camila Gui Rosatti

1º semestre / 2006

Introdução

A região da Luz tem recebido desde a década de 1990 inúmeros investimentos tanto municipais quanto estaduais e federais, tornando-se o principal alvo de uma forma de intervenção pautada pela fusão entre transformação urbana e políticas culturais. Este trabalho pretende trazer para discussão as intervenções urbanas que estão sendo realizadas nessa região, buscando refletir sobre os paradigmas utilizados na elaboração e execução dessas iniciativas, sobretudo focalizando a atuação do Programa Monumenta para este local. Propõe-se entender qual a matriz inspiradora do discurso que está orientando as intervenções nessas áreas históricas ditas “degradadas”, compreender a forma de financiamento e as exigências por elas impostas, bem como analisar os resultados que tais ideologias importadas tem historicamente imposto ao desenvolvimento brasileiro.

* * *

Pinacoteca do Estado, Sala São Paulo, Estação da Luz, Museu da Língua Portuguesa, Parque da Luz, Estação Pinacoteca, Museu de Arte Sacra, Universidade Livre da Música, Museu da Energia e Mosteiro da Luz foram alguns dos projetos de reforma de espaços antigos – em alguns casos transformados para novos usos - realizados na região da Luz nos últimos anos. A convergência de intervenções na área central não é uma novidade da década de 1990. Desde os anos 1970, fala-se em projetos que pretendem reverter o quadro de “deterioração¹” desses locais, sob a forma de tentativas de “revitalização”, tão em moda naquele período nos Estados Unidos e na Europa.

A intervenção no espaço, sobretudo em áreas históricas ditas degradadas, a partir dos paradigmas inspirados em modelos internacionais tem sido muito aplicada em países periféricos, tais como Brasil, Argentina e México, com a intenção declarada de reverter os sintomas da degradação das áreas centrais e reincorporá-las produtivamente dentro de uma perspectiva diretamente relacionada ao turismo. O tema da “revitalização” urbana esteve em voga desde a década de 1960 na cena internacional, em cidades européias e norte-americanas. Nestas últimas, priorizava-se a revitalização econômica, fundamentada pela associação entre o capital público e privado, resultando, conseqüentemente, na expulsão da população residente.

Em São Paulo, o surgimento da idéia de “revitalização” do centro tem início nos discursos do poder público anos 1970, como uma forma de reverter um processo que massivamente foi anunciado pela mídia como “decadência” ou “degradação”. Como esclarece Villaça, a fala em torno dessas iniciativas estava permeada por conteúdos ideológicos, que mascaram as reais causas do processo em questão. O deslocamento das elites além Anhangabaú tem início ainda no final do século XIX, que passaram a buscar bairros mais exclusivos. Num segundo momento, Campos Elíseos, Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis foram os novos bairros “conquistados” pelas classes mais abastadas, deixando para trás lugares que passaram a ser ocupados por classes mais populares. O desenvolvimento da indústria automobilística impulsionado pela política de industrialização que marcaria a década de 1950 foi um dos fatores decisivos para garantir maior mobilidade espacial, permitindo que a classe dominante se afaste dos locais que antigamente residia. (VILLAÇA, 1998).

A possibilidade de deslocamento espacial propiciada pelo uso de automóvel, que se generalizou na década de 1960, inclusive para as classes médias, foi apropriada pelo mercado imobiliário, que se empenhou em criar novos bairros, cada vez mais distantes do centro original. Dessa forma, os bairros antigos passaram a ser divulgados como obsoletos e os novos lançamentos de mercado enfatizavam a “modernidade” e a “nova arquitetura” dos bairros recém-colocados à venda. Posteriormente, consolidou-se um vetor de deslocamento no sentido sudoeste da capital, tendo como linha de expansão a Rua da Consolação e a

¹ A utilização de palavras como “revitalização”, “deterioração” e “globalização” entre aspas tem a finalidade de marcar um distanciamento em relação ao uso ideológico que vem sendo conferido a tais termos, assim deixando claro que se tratam de discursos impostos por determinado grupo social, com interesses específicos da difusão dessas idéias. Tal concepção de ideologia será melhor trabalhada adiante.

Avenida Rebouças. É a partir daí que se firma como a consolidação de um centro comercial na região da Paulista. Nesse momento, os bairros dos Jardins e Pinheiros passam a ser ocupados e, em num momento seguinte, Lapa e Morumbi.

Os locais centrais, antes pertencentes à classe dominante, são deixados de lado e assim, passam a ser ocupados pela população de baixa renda. Conforme enfatiza Villaça, a fim de camuflar as principais causas do abandono de Centro pelas elites e da conseqüente diminuição de investimentos do poder público, foi criada a idéia de que o Centro estava deteriorado. A mídia passa a divulgar ideologicamente que o Centro está em degradação/decadência, quando na verdade o que houve foi uma popularização por conta do deslocamento da classe alta, que foi ocupar bairros mais modernos. A classe alta e média se afastaram progressivamente do Centro – percurso ao longo do vetor sudoeste – carregando as ações do Estado para as novas áreas. No entanto, a ideologia da deterioração difunde a idéia que o processo em curso é natural, sem responsabilizar os atores envolvidos no processo.

A década de 1980 insurgirá com novas atribuições ao patrimônio histórico, que adquirirá centralidade no novo cenário de políticas públicas. A tônica dessas intervenções passa a ser regidas pelo discurso do enfraquecimento do Estado, prevalecendo propostas que onerem pouco o poder público. É nesse contexto que dá início a um projeto direcionado especificadamente para região da Luz – denominado Projeto Luz Cultural – no qual este é concebido como um projeto de fomento ao turismo, numa clara inspiração nas experiências dos mercados centrais de Paris e Londres. Já se começam a delinear formas institucionais que dê impulso a parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Em 1986, na gestão Jânio Quadros, é proposta o instrumento de Operações Interligadas, prevendo que o proprietário pudesse fazer construções além do limite imposto pelo zoneamento, desde que doasse a prefeitura unidades habitacionais para a classe baixa. Por detrás de um instrumento que aparentemente se mostra beneficiador da população de baixa renda, escondia-se o interesse de remoção da população favelada das áreas de valorização imobiliária. É nos anos 1990 que estes instrumentos serão melhor afinados, dando origem às Operações Urbanas². A flexibilização e desregulamentação do urbano passa a então a ficar mais patente a partir do envolvimento direto da iniciativa privada na produção do espaço.

A década de 1990 e esse começo do século XXI estão sendo marcados por uma exacerbação da importação desses modelos e efetivação dessas práticas, agora sob inspiração da matriz do planejamento estratégico. Particularmente, é esse período que interessa ser aqui tratado. Os empreendimentos realizados na região em questão ilustram o contexto de flexibilização das políticas públicas brasileiras que se acentuaram nos últimos 15 anos.

O quadro econômico de intensificação da adoção políticas neoliberais, estabelecido pela onda da “globalização” que impõe um discurso de esvaziamento do Estado e desmantelamento dos serviços públicos, tem se rebatido na produção do espaço urbano sob

² Em 2001 foi legalmente oficializado o instrumento de Operação Urbana pelo Estatuto da Cidade

a forma de adoção dessas práticas de intervenção urbana, muitas vezes financiadas por agências internacionais. Nesse pacote, conceitos de competitividade são adotados para embasar as intervenções urbanas nas grandes cidades.

Quando se fala em competitividade, está em questão não apenas a tentativa dessa região se “colar”, mesmo que ideologicamente, aos discursos de que o “coração da cidade” deve ser forte para a cidade se inserir no circuito global, como também uma disputa que se estabelece dentro da própria cidade. A confluência de recursos para a área central da cidade de São Paulo pode ser compreendida dentro do cenário de competição entre as diversas centralidades ao longo do vetor sudoeste. Assim como a região da Paulista criou a sua ONG a fim de influenciar o poder público a direcionar seus investimentos para essa região, os empresários da região central também se organizaram com a finalidade de estruturar uma associação voltada para defender seus interesses. Fundada em 1991 e capitaneada pelo Bank Boston, a Associação Viva o Centro (AVC) reuniu o empresariado da região, a maioria vinculado ao setor financeiro, com a intenção de criar um interlocutor que funcione como interface com o poder público e demais instituições para a realização de projetos de revalorização da área central. A proposta era requalificar o centro tradicional como papel estratégico da vida metropolitana, mudanças justificadas em torno dos ajustes urbanos necessários a se inserir na “globalização”. (FRUGOLI, 2000)

Não é interesse deste trabalho reconstituir o histórico de ação, as estratégias adotadas pela AVC e as conquistas alcançadas ao longo de seu tempo de existência. No entanto, cabe destacar que a criação de uma associação a fim de negociar com o governo investimentos em determinada centralidade marca, no âmbito municipal, uma forma de atuação que foi a tônica desse período, assim como exemplifica a forma como se materializou as disputas em torno dos rumos de crescimento da cidade.

Em seguida, o enfoque será dado à emergência da região central – e principalmente a região da Luz – na esfera federal como um local direcionamento de investimentos por parte do poder público. Esse cenário de mudanças não pode ser compreendido de forma desvinculada das políticas culturais encaminhadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no qual houve flexibilização e criação de leis a fim de abarcar a participação da iniciativa privada. Dentro desse pacote “cultural”, que incluiu leis para audiovisual, teatro, música, artes cênicas, exposições, publicação de livros entre outros, o patrimônio histórico também figurou entre um desses produtos passíveis a serem financiados por meio de incentivos fiscais.

De política cultural à política urbana: a criação do Programa Monumenta e sua atuação no município de São Paulo

O governo federal investiu na criação de um sistema financeiro na da cultura, calcado tanto no aprimoramento das leis de incentivo fiscal como apoio à difusão do marketing cultural entre empresas. O patrimônio histórico entrou como uma dessas “fatias de mercado”, no entanto, por ser uma área menos atrativa, que exigia investimentos de grande porte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento passou a ser principal financiador dessas intervenções. A parceria com o BID direcionou a aplicação de recursos para ampliar a infraestrutura turística e recuperar o patrimônio histórico de modo a incentivar o turismo cultural.

Desse modo, o tema da cidade passou a entrar no âmbito das políticas culturais, redimensionando o papel atribuído aos edifícios culturais, o que trouxe esses equipamentos como parte da estratégia de gestão pública. Os novos edifícios passaram a ser parte das políticas públicas. Essa visão estratégica e empresarial foi largamente difundida pelas cidades latino-americanas, sendo muitas delas brasileiras, tais como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, com apoio das agências multilaterais. O Programa Monumenta-BID foi uma das primeiras iniciativas na área de patrimônio urbano, atribuindo à cultura e ao turismo papel de destaque.

A indústria do turismo passou a ser a vedete nos países de terceiro mundo, principalmente pela enorme quantidade de dividendos que ela movimenta. No Brasil, a associação da preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento turístico tem início nos anos 1960, sendo predominante a partir da década de 1970, quando se generaliza um programa voltado para a reversão do quadro de degradação de várias cidades do nordeste e do sudeste. Esse programa foi denominado PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades.

No entanto, é no governo de Fernando Henrique Cardoso que a indústria do turismo passa a ser considerada prioridade de governo, devido ao ser caráter estratégico diante da perspectiva de promoção da competitividade e modernização produtiva. Ela é entendida como um setor chave dentro da dinâmica econômica, ganhando destaque como forma de “alavancar” o crescimento de determinadas regiões. É nesse momento que a preservação do patrimônio histórico, associadas às políticas de revitalização e restauração com finalidade de atrair e impulsionar o desenvolvimento de certas regiões via turismo passam a figurar como uma grande tática da gestão. A principal iniciativa dentro dessa perspectiva foi a criação do Programa Monumenta, em 1997, que previa o incremento de investimentos em patrimônio histórico a partir das linhas de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Esse momento marca a oficialização do discurso sobre a fusão entre investimentos culturais, transformação urbana e turismo, trazendo, no pacote, um receituário conduzido de forma a se adequar às regras do BID.

A escolha das cidades brasileiras a participarem do Programa foi feita com ajuda da UNESCO, tendo em vista o interesse do conjunto arquitetônico e urbanístico no âmbito do turismo nacional e internacional. São também cidades em que o conjunto urbano com monumentos é tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e

Arqueológico Nacional. Outra exigência é a de que o município seja capaz de gerar contrapartida financeira e também de que o patrimônio tenha potencial para gerar sustentabilidade econômica do investimento. Deve ser também evidenciado e comprovado o interesse do setor privado – a indústria imobiliária – em participar do projeto, assim como entidades do terceiro setor, tais como ONGs, Igreja, associações de Bairro e demais organizações da sociedade civil. As sete primeiras cidades eleitas a participarem do Programa Monumenta foram Ouro Preto, Olinda, Recife, São Luís, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, pois tais municípios, além de terem tido investimentos anteriores vinculados à recuperação do patrimônio, cumpriam as condições e as exigências financeiras do financiamento propostas pelo BID.

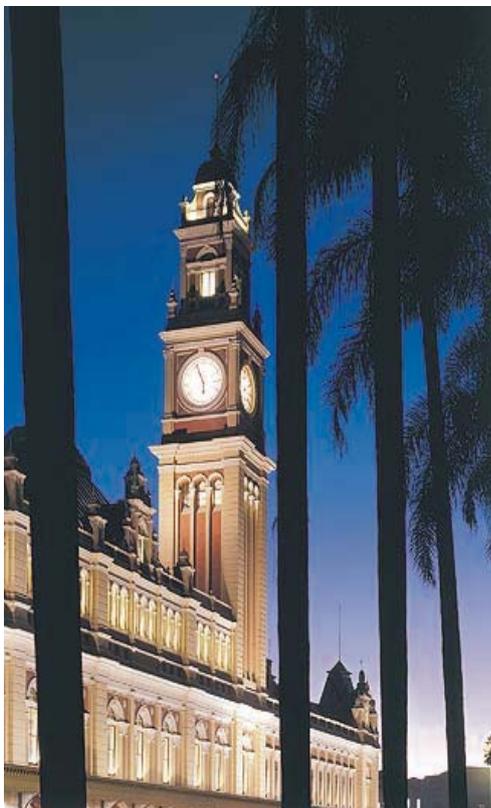
No caso de São Paulo, o Programa Monumenta foi implantado em 2001 sobre um território que já havia sido palco de outras investidas focadas em valorizar o patrimônio histórico, estimular o fluxo turístico e propiciar a requalificação urbana da região. Na esfera estadual estava em vigor desde 1995 inúmeros projetos culturais como a reforma da Pinacoteca do Estado (1995-1998); a instalação do Complexo Cultural Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo (1996-1999); a restauração do Mosteiro da Luz e ampliação do Museu de Arte Sacra (1997-1999); a recuperação do Jardim da Luz (1999); o restauro da Igreja de São Cristóvão (1995-2001); a restauração e reforma do antigo Hotel Flórida, para sediar a Universidade Livre da Música; a implantação do Museu da Energia no casarão que pertencia a Santos Dumont e a restauração da Estação da Luz, com a instalação do Museu da Língua Portuguesa. Na esfera municipal, delineava-se a ação da Associação Viva o Centro, entidade formada por empresário da região e defensora das âncoras culturais como dinamizadores de transformação na região.



Região da Luz
Estação de Trem,
Pinacoteca do Estado,
Parque da Luz e
Museu da Língua
Portuguesa

Como se observa, havia uma reunião de esforços em todas as esferas que confluíam para a intervenção numa mesma área. Ao Programa Monumenta coube, pelo menos no plano discursivo, suprir a dimensão urbana, já que as propostas em curso se restringiram a intervenções pontuais, voltadas para a readequação de edifícios. Esta seria, na expectativa dos grupos interessados na dinamização dessa área, a saída para equacionar a escala urbana.

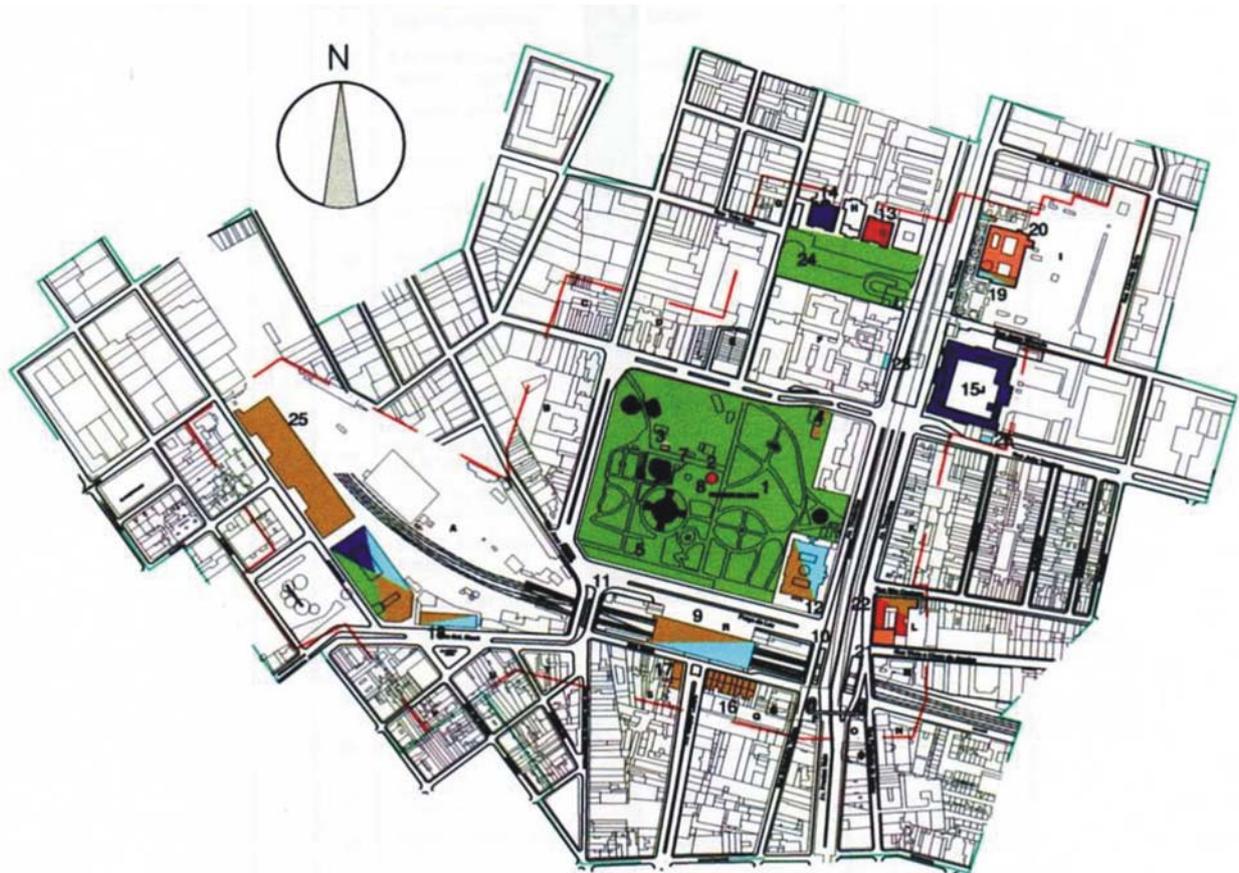
Para tanto, houve a definição no Programa Monumenta de uma Área de Projeto (AP), onde estão localizadas as intervenções e uma Área de Influência (AI), que engloba as quadras ao redor da AP. (ver mapa Programa Monumenta). Dentre os monumentos selecionados como objeto de intervenção, grande parte já havia sido objeto de restauro, restando 26 elementos históricos tombados e 231 imóveis de propriedade privada, dos quais 131 foram escolhidos como alvo de intervenção direta com os recursos do Programa Monumenta. Esta escolha pautou-se pelo estudo do mercado imobiliário feito em 2002, elaborado tendo em vista uma estimativa da valorização dos imóveis privados e dos monumentos, no qual o objetivo era gerar o máximo de ganho imobiliário nos três primeiros anos do Programa. Há diversos meandros complexos no cálculo desses valores, mas, simplificadamente, o que estava em questão era a potencialidade de retorno financeiro que tais investimentos proporcionariam, a fim de garantir a sustentabilidade econômica do plano. Isto pode ser considerado um dos aspectos estruturantes dessa forma de investimento, na qual é sempre avaliada a capacidade de retorno sob a ótica privada. Neste pacote são previstas diversas formas de participação da iniciativa privada, seja por leis de incentivo fiscal, como a Lei Rouanet, seja por financiamentos para obras de reforma de edifícios privados ou pela exploração do uso comercial de monumentos disponibilizados para este fim.



Estação da Luz e Museu da Língua Portuguesa



Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo



- Jardim da Luz**
- Ponto Chic**
- Gruta Artificial**
- Ponto de Bondes**
- Grupo Escultórico**
- Casa de Administração**
- Coreto 1**
- Coreto 2**
- Estação da Luz**
- Pontilhão de Ferro Forjado 2**
- Pontilhão de Ferro Forjado 1**
- Pinacoteca do Estado**
- Edifício Paula e Souza**
- Edifício Ramos de Azevedo**
- Quartel do Primeiro Batalhão de Choque**
- Hotel Federal Paulista**
- Hotel Queluz**
- Antigo DOPS**
- Museu de Arte Sacra**
- Mosteiro da Luz**
- Igreja de São Cristóvão**
- Antigo Seminário Episcopal**
- Portal de Pedra Presídio Tiradentes**
- Praça Coronel Fernando Prestes**
- Estação Julio Prestes**
- Chaminé**

Fonte: Brasil. Ministério da Cultura. Projeto de Recuperação do bairro da Luz. 2002

Além disso, faz parte das formulações do Programa o interesse de gerar uma nova demanda do mercado imobiliário que estimule a atração de grupos de faixas de renda maior

que a existente na região. Embora seja previsível que todo investimento em infra-estrutura conduza uma renovação do grupo residente no local assim como mudanças no padrão de comércio e serviços, esse processo deve ser estruturado de forma a não resultar na descaracterização do tecido urbano e social.

Vale lembrar que essa região abarca complexidades sociais, que se agravaram, sobretudo, durante as décadas de 1980 e 1990, transformando-se num local crítico, com presença de moradias precárias, cortiços, moradores de ruas, áreas de prostituição e venda de drogas. As propostas então direcionadas para essa área não se preocuparam em resolver esses problemas estruturais. Sob ótica da criação de grandes âncoras culturais, a transformação urbana pretendida, mais do que desencadear um desenvolvimento para o local, pode ser compreendida na sua face mais perversa – de limpeza urbana – à medida que desconsiderou a heterogeneidade das relações sociais e os conflitos existentes nesse território e abertamente intencionou trazer as pessoas de certo perfil, apostando que essa mudança no padrão social que desencadearia a desejada “revitalização” da área.

Como foi apontado, na região da Luz houve a sobreposição de diversas intervenções, tanto na esfera municipal, estadual como federal com intuito de reverter o quadro de “deterioração” do local. No entanto, nenhuma delas conseguiu dar conta das complexidades que os problemas ali existentes exigem. O Programa Monumenta, principalmente, que veio com a intenção declarada de lidar com a dimensão urbana, fracassou nessa tentativa e se ateve a intervenções pontuais, focadas na valorização imobiliária. Embora sempre se reforce o caráter de recuperação urbana, em nenhum momento estas ações foram conduzidas como uma política pública, de forma a pautar os rumos da região a partir de mudanças efetivas. A política urbana desenvolvida, além de ter seu conteúdo rebaixado, passa a ser tratada em benefício de interesses privados, isto é, há uma privatização das políticas públicas satisfazendo interesses hegemônicos. A questão urbana massivamente enfocada, ficou apenas no plano discursivo, na maior parte das vezes associada a interesses de determinados grupos empenhados em direcionar os investimentos do poder público a fim de manter seus privilégios.

Faz-se necessário também analisar o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento como agente financiador do Programa Monumenta. Na visão do BID, a partir dos anos 1990, a recuperação do patrimônio histórico passa a ser centrada na estratégia de desenvolvimento de cidades da América Latina. Trata-se de um foco voltado pela supremacia dos aspectos econômicos em detrimento das questões sociais, que além de estar pautado pela alimentação do turismo, traz consigo a intenção de valorizar áreas descartadas pelo capital. (JOSÉ, 2004: 115). As regulamentações se definem como uma série de exigências impostas para a aprovação dos investimentos com claro de cunho gerencial e está afinada com a lógica de mercado, que visa a maior rentabilidade econômica do investimento.

O impulso econômico é atrelado ao desenvolvimento de vários setores, com destaque aos investimentos privados, condição *sine qua non* para o sucesso desses planos, segundo recomendações das cartilhas do BID. O fundamento dos investimentos é centrado nas parcerias público privadas, condição em que o poder público assume o papel de regulamentador cabendo-lhe o direcionamento de investimentos para infra-estrutura a fim de atrair a participação dos setores privados. Vale enfatizar que o BID coloca em contrato a disponibilização de recursos públicos para a promoção de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada e entende essa vinculação como garantia para a sustentabilidade dos projetos. O que se espera, de acordo com as formulações do BID, é que a ação do Estado propicie um efeito indutor do desenvolvimento local, que seria acompanhado pela valorização imobiliária dos edifícios restaurados e do entorno.

Desse modo, é construído um consenso em torno do papel do Estado e o papel do mercado, no qual o primeiro fica de trampolim para os interesses do segundo. Se houver prejuízos quanto aos investimentos, quem arcou como esse gasto foi o poder público, pois ao capital privado é garantido que seu investimento não sofrerá riscos.

É importante ressaltar que muito desses processos se assentam sob interesses ideológicos, isto é, são idéias que representam setores privilegiados da sociedade. O termo ideologia aqui é entendido em seu conceito crítico, tal como Marx trabalha em *Ideologia Alemã*. Para Marx, ideologia é uma deformação que atua sobre de elaboração do conhecimento, com a finalidade de ocultamento da luta de classes. Segundo o autor, “a classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela também sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual” (MARX & ENGELS, 1984: 72). Assim, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes de cada época. Essa própria classe abre espaço para alguns pensadores elaborarem representações e produzirem idéias adequadas à manutenção de seus privilégios, apresentando o interesse da classe (particular) como interesse comum a todos integrantes da sociedade (público). Trata-se, portanto, de uma forma de dominação da classe dominante, empenhada em dar continuidade aos seus privilégios, manter seu poder e explorar o trabalho da classe dominada, reproduzindo a desigualdade.

No Brasil essa distorção fica elevada ao quadrado, já que as idéias das nossas classes dominantes sempre estiveram comprometidas com as idéias das classes dominantes dos países centrais do capitalismo. Enquanto na Europa a ascensão da burguesia ao poder, o desencadeamento da industrialização e a formação da classe operária contribuíram para difusão das idéias liberais, aqui essas idéias eram adotadas como modelo teórico-político por membros de uma elite que convivia no cotidiano com práticas típicas de uma sociedade escravocrata. Se o modelo liberal já tinha seus aspectos problemáticos nos países de origem, aqui se transformou em ideologia pura ao impingir-lhes novas contradições e distorções.

A separação entre esfera pública e privada e o reconhecimento do outro enquanto indivíduo – requisitos essenciais para a construção de uma democracia liberal - aqui se

transformaram em meros embustes ideológicos. No lugar disso, acentuam-se os traços mais evidentes de nossa formação, apresentando o liberalismo em outro registro. Ao invés do mérito pessoal, sobressai a política do favor no exercício do poder, assim como predomina o tratamento da esfera pública como coisa privada, ambas as características que definem a elite brasileira como patrimonialista. Tal como coloca Roberto Schwarz, as idéias liberais no Brasil são “ideologias de segundo grau”, ou seja, “não descrevem sequer falsamente a realidade e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria”³. Assim, as idéias liberais tornaram-se, na periferia do capitalismo, enviesadas e fora de centro em relação à metrópole, produzindo uma série de disparates e conciliações.

Pensando no modelo hegemônico que atualmente direciona a produção do espaço urbano nas grandes metrópoles brasileiras, pode-se dizer que vivemos a continuação e exacerbação desse impasse, agora sob tónica da ideologia neoliberal. Se já era anteriormente próprio dessa elite a infestação da esfera pública por interesses privados, agora ficou mais fácil aderir e dar aparência de veracidade às idéias importadas dos países centrais, pois esses passam por um momento de crise da social-democracia, no qual preconizam, ainda que no discurso, o afastamento do ação do Estado no planejamento da sociedade. A retórica da “globalização”, companhia precípua do ideário neoliberal, que virou moda nos anos 1990 no Brasil, contribuiu para a difusão dessa idéia à medida que se propala o andamento de processos inexoráveis e irreversíveis, tais como o declínio dos Estados Nacionais, competição, mercado livre e privatizações. No Brasil, essas informações encontram solo fértil, pois, como já foi dito, a elite local está submetida aos interesses de grupos internacionais (BATISTA JR, 1998).

Assim, no extremo do absurdo, pode se constatar que neoliberalismo, que propõe o enfraquecimento do Estado e a regulação a partir no mercado e da iniciativa privada, caem aqui como uma luva, representando com total propósito os interesses da elite, o que contribui sobremaneira para a reprodução dos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas internas (DEAK, 1991). Pela primeira vez, as ideologias vindas de fora se assentam aqui de forma *sui generis*. “Inserção no rol das cidades globais”, “revitalização de áreas degradadas”, “parcerias público-privadas” e “operações urbanas” passam a ser construções ideológicas compradas pelas elites e disseminadas aqui com o intuito de reproduzir o *status quo*.

É sob essa ótica que merece ser vista as intervenções urbanas realizadas nos centros históricos das grandes metrópoles: a imposição e reposição de um amontoado de idéias, planos e projetos que chegam aqui diluídos e descompassados com a realidade local, não se articulam entre si, não respondem a problemas estruturais, não se concluem efetivamente, e por conseqüência, ainda que contraditoriamente, não chegam a nem sequer realizar os efeitos desejados pelos grupos que o propõem.

³ Roberto Schwarz trabalha esses conceitos a partir de uma abordagem original da obra de Machado de Assis apoiada numa leitura marxista. Ver: “As idéias fora do lugar” in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Editora 34: 2000.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, – “Indústria Cultural” in: *Teoria da Cultura de Massa* São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia – *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2000.
- ARANTES, Otilia – *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP/ Studio Nobel, 1993.
- ARANTES, Pedro Fiori – *O ajuste urbano. As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2004.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira – “Mitos da ‘Globalização’ ”. *Estudos Avançados*, nº 12 (32), 1996.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Patrimônio*. Ed. Unesp, 1992.
- BRUNO, Joana Sarmet Cunha – “O Museu de Arte Contemporânea de Niterói – uma estratégia de promoção da imagem da cidade”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, maio/dezembro, 2002.
- DEÁK, Csaba.- “O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista.” *Espaço & Debates* 28, 1989.
- _____ - “Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80” *Espaço & Debates* 32: 32-46. 1991.
- _____ - “Globalização ou crise global”. Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001.
- FERREIRA, João Sette Whitaker – *São Paulo: o mito da cidade global*. Tese de doutoramento, FAUUSP, São Paulo, 2004.
- FIX, Mariana – *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____ “A Fórmula Mágica da ‘Parceria’: Operações urbanas em São Paulo”, 2000.
- _____ *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP: São Paulo, 2003.
- FRÚGOLI, Heitor – *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Ed. Cortez 2000 .
- JOSÉ, Beatriz Kara. *A instrumentalização da cultura em intervenções urbanas na área central de São Paulo – 1975 a 2000*. São Paulo, 2004. (dissertação de mestrado).
- LIMA, Zeuler R. – *A cidade como espetáculo: o arquiteto no paradoxo da estetização da cultura contemporânea*. Tese de Doutorado: FAUUSP, 2000.
- MARX, K. & ENGELS, F. – *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Ed. Hucitec: São Paulo, 1984.
- MOTTA, Lia - “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global” in: ARANTES, Antonio A. (org) - *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PALLAMIN, Vera (org) – *Cidade e Cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais e democracia no Brasil: em busca de um estatuto político". In: HELLMAN, Michaela (org). *Movimentos Sociais e democracia o Brasil: sem a gente não tem jeito*. Circulo do Livro, SP, 1998.

SCHARWZ, Roberto – "As idéias fora do lugar" in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Editora 34: 2000.

VILAÇA, Flávio – *O espaço intra-urbano*. São Paulo: Fapesp/Nobel,

ZUKIN, Sharon – *The cultures of cities*. Cambrigge, 1995.

_____ "Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder" in *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.